

08/06/2010

SEGUNDA TURMA

**AG.REG. NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 641.431 SÃO PAULO**

RELATORA : MIN. ELLEN GRACIE  
AGTE.(S) : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE SANTO ANDRÉ  
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ  
AGDO.(A/S) : LUZIA COTRIM NORBERTO  
ADV.(A/S) : CELSO MOURA E OUTRO(A/S)

CONSTITUCIONAL E PROCESSO CIVIL. CRÉDITO ALIMENTÍCIO DE PEQUENO VALOR. PRECATÓRIO: INAPLICABILIDADE.

1. A expedição de precatórios não se aplica aos créditos alimentícios de pequeno valor. Precedentes.
2. Agravo regimental improvido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Segunda Turma, sob a Presidência do Senhor Ministro Eros Grau, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso de agravo, nos termos do voto da relatora.

Brasília, 8 de junho de 2010.

Ellen Gracie

- Relatora



**08/06/2010****SEGUNDA TURMA****AG.REG. NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 641.431 SÃO PAULO**

RELATORA	:	MIN. ELLEN GRACIE
AGTE.(S)	:	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE SANTO ANDRÉ
PROC.(A/S)(ES)	:	PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ
AGDO.(A/S)	:	LUZIA COTRIM NORBERTO
ADV.(A/S)	:	CELSO MOURA E OUTRO(A/S)

**RELATÓRIO**

A Senhora Ministra Ellen Gracie: 1. Trata-se de agravo regimental interposto da decisão (fls.120-121) que negou seguimento ao agravo de instrumento.

2. A parte agravante alega, em síntese:

a) *“qualquer que fosse o valor definido pela legislação municipal para os créditos de pequeno valor, não se aplicaria ao presente feito, porque não devem ser confundidos os créditos de pequeno valor e os créditos alimentares, e o do recorrido é de natureza alimentar (honorários advocatícios)”* (fl. 130);

b) a matéria dos autos está pacificada neste Supremo Tribunal Federal nos termos da Súmula STF 655.

É o relatório.

AI 641.431-AgR / SP

**VOTO**

A Senhora Ministra Ellen Gracie (Relatora): 1. Não prospera a alegação da parte recorrente, pois o crédito tratado nos presentes autos, além de ter natureza alimentar, é de pequeno valor, conforme se verifica claramente da ementa do acórdão recorrido, a qual transcrevo:

*“Agravado de Instrumento - Execução contra a Fazenda Pública - Débito alimentar de pequeno valor - Pleito que almeja compelir a autarquia a pagar o débito, independentemente da expedição de precatório - Recurso parcialmente provido para determinar a observância da ordem cronológica.” (fl. 25)*

Inviável, portanto, a aplicação da Súmula STF 655 ao presente caso, pois esta se refere apenas aos créditos de natureza alimentícia, nada dispondo sobre créditos de pequeno valor.

2. Ressalto, ainda, que a decisão agravada fundamentou-se na jurisprudência pacífica desta Corte.

3. Ante o exposto, **nego provimento** ao agravo regimental.



Ministra Ellen Gracie

**SEGUNDA TURMA**

**EXTRATO DE ATA**

**AG.REG. NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 641.431**

PROCED. : SÃO PAULO

**RELATORA : MIN. ELLEN GRACIE**

AGTE.(S) : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE SANTO ANDRÉ

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ

AGDO.(A/S) : LUZIA COTRIM NORBERTO

ADV.(A/S) : CELSO MOURA E OUTRO(A/S)

**Decisão:** A Turma, à unanimidade, negou provimento ao recurso de agravo, nos termos do voto da Relatora. Ausente, licenciado, o Senhor Ministro Joaquim Barbosa. **2ª Turma**, 08.06.2010.

Presidência do Senhor Ministro Eros Grau. Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Ellen Gracie e Gilmar Mendes. Ausente, licenciado, o Senhor Ministro Joaquim Barbosa.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Mário José Gisi.

Carlos Alberto Cantanhede  
Coordenador